4.14 Ciclo da lã

Desconhece-se a data em que o gado ovino foi introduzido na ilha, o que se acredita remontar ao período do povoamento, uma vez que servia não apenas para a alimentação da população, mas principalmente para o fornecimento da lã, matéria-prima para o fabrico de todo o tipo de vestuário, roupas de cama e outras.

Os ovinos ocuparam as pastagens das zonas mais altas e menos produtivas da ilha – o Baldio -, uma vez que resistiam naturalmente aos rigores do clima. Ali e nas falésias circundantes, reproduziram-se e desenvolveram-se, adquirindo a sua lã um papel fulcral na economia da ilha, pois para além de constituir a matéria-prima que garantia o agasalho dos corvinos, serviu como fonte de verba para o imposto a pagar de *"oitenta mil reis em dinheiro pertencente às lãs".*

A ilha chegou a ter ovelhas na ordem das seis milhares, pertencendo o rebanho ao dono da ilha até a elevação a Vila se ter concretizado em 1832, altura em que o rebanho foi repartido por entre todos os corvinos.

Para melhor fazer a gestão desse rebanho, a comunidade encontrou um método de marcação dos animais, através de cortes nas orelhas, cujo formato ou conjugação entre formatos, era atribuído a um único proprietário, ficando o registo feito em livro próprio – o Livro das Marcas – na Câmara Municipal, que passava de pais para filhos ou de sogros para genros. A marcação dos animais e a sua tosquia – feitos no "Dia da Lã" – eram organizados de forma comunitária, pelos anciãos corvinos no Largo do Outeiro, dando assim início ao Ciclo da Lã.

O Dia da Lã repartia-se, anualmente, em dois momentos – em maio para a tosquia e em setembro para a marcação das crias e fêmeas que não tivessem sido marcadas em maio, sempre no curral dos Lagos. Os homens reuniam ao Outeiro, onde eram formadas as "esquadras", grupos de 10 a 12 homens, liderados pelo "cabo da esquadra" que teriam como função arrebanhar as ovelhas; estando as condições climatéricas reunidas, todos acorriam aos Lagos, onde a ação se desenrolava. A gerir tudo isto estava a figura do "Juiz do Mato", que deliberava depois de ouvir os anciãos sobre se havia ou não condições para iniciar-se o trabalho e era responsável pelo sorteio que feito, já nos Lagos, para determinar como eram distribuídas as esquadras por todo o baldio. Aquela área era dividido em dez zonas[1], a saber:

1. Fonte dos Poços
2. Azevinhos
3. Grotão Grande
4. Braço
5. Junco Queimado
6. Graminha

[1] SARAMAGO, João. O Livro das Marcas da ilha do Corvo. Corvo: Câmara Municipal. 2013. p. 105.

7. Serão Alto
8. Fajã das Negras
9. Pedra Grande
10. Miradouro

Em maio, o dia eleito era o da segunda-feira de Espírito Santo – hoje feriado regional, Dia da Região – por ser também uma altura em que as famílias tinham o pão de trigo e a carne do Divino que serviam de "farnel melhorado" para este dia de muito trabalho, mas também de grande festa, que reunia aos Lagos toda a população válida da ilha e onde era até permitido os mais jovens fumarem.

Reunidas as ovelhas no Curral dos Lagos, estas eram separadas por proprietário e amarradas por cordões pequenos ao pescoço – os colares –, a cordas maiores – as "cobras" –, fixadas ao solo por estacas. À medida em que eram tosquiadas, eram soltas e voltavam para o baldio.

Em setembro, o Dia da Lã acontecia na última segunda-feira do mês, em que os homens se organizavam novamente, cobrindo toda a área de baldio para arrebanhar as fêmeas, que dariam à luz em fins de outubro, início de novembro. A juntar à marca nas orelhas já existente, neste processo era usado um pedaço de tecido pintado com um determinado padrão que identificava o seu proprietário e que permitia a identificação das ovelhas à distância. Assim, depois de nascidos os cordeiros – que seguem a sua progenitora para todo o lado – o seu proprietário poderia lá ir fazer as marcas nas orelhas das crias. Havia quem deixasse, em maio, alguma lã tipo "colar" ou "pulseiras" sendo esse o identificativo no lugar da tinta aplicada em setembro. Havia ainda quem apanhasse cordeiros de outros e os marcasse como seus.

Esta é uma tradição que se perdeu no tempo, mas que deixou memórias que, passadas de geração em geração, marcam a História e a identidade corvinas.

Embora ancestral, o sistema, da forma como é hoje recordado, terá estado em vigor desde, pelo menos, o último quartel do século XIX, até junho de 1969, momento em que os Serviços Florestais tomaram posse do baldio da ilha, contribuindo para o fim da criação de ovelhas. A situação só foi restabelecida após a Revolução dos Cravos (25 de abril de 1974), quando o baldio foi devolvido ao uso comum a 4 de julho de 1975, mas a criação de ovelhas e o Dia da Lã não foram retomados, não obstante a realização de pontuais comemorações e efemérides, com a mais recente a ter ocorrido durante o ano de 2022, promovida pelo Ecomuseu do Corvo.

Com o decorrer dos anos construiu-se o chamado "Bardo do Rei", que passou a delimitar a área de baldio. (talvez devesse estar esta nota junto à descrição do baldio no capitulo 2?)

Feita a tosquia, seguia-se o tratamento da lã até chegar ao tear e ao seu produto final – mantas, cobertores, camisotes, *garotas*, *camisoulas*, camurças, calças, barretas e bonés. Se nesta primeira fase do Ciclo da Lã, o papel dos homens era preponderante,

nas restantes, será a mulher a desempenhar esse papel. Seguia-se assim o tingir, o lavar, o enxugar, o abrir, o cardar, o fiar, o dobar, o urdir, o tecer e o apisoar.

São várias as plantas tintureiras cujo cultivo foi feito nos Açores e sabe-se que terá existido um engenho de pastel (*Isatis tinctoria L.)* na ilha do Corvo, mas na memória da comunidade persiste o uso do anil como corante têxtil. A utilização deste dever-se-á ao contacto dos corvinos com uma nau espanhola em 1770, vinda do México carregada de anil, que naufragou junto à ilha e cujos sobreviventes terão dado a conhecer as suas propriedades[2]. No século XX o fornecimento do anil à população era feito por intermédio do comércio local.

O tingimento era feito em tanques que existiam apenas para esse efeito; nem todas as casas possuíam um tanque de tingir e nesses casos recorriam a vizinhos ou familiares. O processo passava por mergulhar a lã em água e urina onde se juntava o anil (pequenos sacos feitos de tecido com o anil em pequenos blocos); esta imersão era renovada diariamente até se atingir a cor desejada – para a roupa interior a tonalidade de azul seria mais clara do que para as restantes peças que ficavam de azul índigo – e havia lã que não era tingida, apresentando a sua cor natural (branco ou castanho).

Depois de tingida a lã era lavada e enxuta – pretendia-se aqui que esta perdesse o cheiro a urina resultante do tingimento e qualquer excesso de cor ou gordura que ainda poderia existir; a lavagem era feita nos lavadouros da Vila – na Fonte de Cima existia uma pia destinada a este processo e depois estendida para secar. Seguia-se o abrir da lã para cardar, utilizando-se as cardas ou cardões, que se distinguem pelo tamanho, e permitia desembaraçar a lã para poder fiar-se.

Para fiar a lã já cardada, usava-se um fuso, até chegarem à ilha os *mechins* – adaptação do termo inglês *machine* – que aceleraram um pouco mais o processo (equivalente à roca de fiar). Estas três etapas eram feitas nos serões em quase todas as casas da Vila, por vezes juntando-se uns na casa dos outros, principalmente mulheres e crianças – os homens e rapazes juntavam-se nos *chapos* (carpina) ou onde pudessem ficar a ouvir as notícias da rádio.

Depois de fiada a lã, faziam-se meadas recorrendo à dobadoura, para facilitar o processo de urdir a teia que seria posta no tear. Para esta nova fase era necessária uma urdideira, e uma vez mais o espírito comunitário dos corvinos imperava, fazendo com que partilhassem recursos e a partir de duas urdideiras, as mulheres preparavam toda a lã a partir da qual teceriam os panos para confecionar o vestuário e agasalhos.

Os teares eram em muito maior número do que as urdideiras ou os tanques de tingir e quase todas as famílias tinham um tear que, por norma, estava instalado na sala da casa, ao nível do 1º piso e, em alguns casos, numa casa de arrumos junto à moradia. Quem não possuísse um tear, recorria, uma vez mais, a familiares ou vizinhos.

[2] JORGE, Pe. Lourenço. Notas do Corvo. Corvo: Câmara Municipal do Corvo. 2001. p. 60.

O Ecomuseu do Corvo detém, na sua coleção, vários panos e em muitas casas é possível ainda encontrar peças de vestuário e cobertores feitos nos teares com a lã corvina.